

# “Se agora há poucos atletas trans, a partir daqui não vamos ter nenhum”

**P** [publico.pt/2024/06/15/desporto/noticia/ha-atletas-trans-partir-daqui-nao-vamos-2090845](https://publico.pt/2024/06/15/desporto/noticia/ha-atletas-trans-partir-daqui-nao-vamos-2090845)

Marta Sofia Ribeiro



## Jogos Olímpicos

A meses dos Jogos Olímpicos, o COI lançou um novo estudo que parece trazer esperança para a inclusão de atletas trans, mas federações são cada vez mais restritivas.

Marta Sofia Ribeiro

15 de Junho de 2024, 6:41

Foto

Laurel Hubbard foi a primeira halterofilista trans nos Jogos Olímpicos EDGARD GARRIDO / REUTERS

A discussão sobre a inclusão de atletas trans no desporto tem décadas, mas poucos estudos foram feitos e os que existem têm várias falhas. As regras sofreram alterações e agora variam de modalidade para modalidade. De forma geral, as federações usam o nível de testosterona como medida para decidir se mulheres trans podem ou não participar nas competições. Para Miguel Vasques, director de endocrinologia da Fundação Champalimaud, esse é um “mau marcador” que “apresenta fortes limitações”.

O estudo mais recente sobre o tema foi patrocinado pelo Comité Olímpico Internacional (COI), a meses dos Jogos Olímpicos de Paris, e concluiu que mulheres trans apresentam várias desvantagens em relação a mulheres cisgénero. Sobre homens trans

pouco se fala, porque as restrições são poucas, não há regulação hormonal.

João Paulo Almeida, director-geral do Comité Olímpico de Portugal (COP), acompanha as directrizes internacionais, mas não tem uma opinião definitiva sobre o tema. “Não existe uma resposta fechada, existem situações que têm de ser vistas caso a caso, porque há competições onde a vantagem de atletas trans pode ser determinante face a atletas não trans”, sublinha.

Em Portugal, a nível olímpico não há nenhuma pessoa trans a competir. Havia planos para se fazer, em parceria com o ISCTE, um levantamento do número de atletas trans a nível profissional, mas acabou por não ir para lá dos “contactos informais com federações e treinadores”. Começou por se referir a esse levantamento como uma tentativa de “despistar um problema”, mas logo passou de “problema” a “situação”.

Ao procurar artigos científicos em português de Portugal sobre o tema, apenas um nome surge — e só na quinta página de resultados de pesquisa do Google Scholar — Ana Lúcia Santos, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) no projecto *Remember*. Há muito pouca produção de conhecimento sobre a regulação de corpos trans no desporto, a investigadora gostava de poder fazer mais, mas não tem financiamento.

Aos corpos não normativos chama “extra-ordinários”, falou com atletas trans e diz que é “impossível uma pessoa trans visionar uma carreira desportiva de forma profissional”, não só porque “as regras são cada vez mais restritivas”, mas também porque “o ambiente desportivo é normativo”. “Se agora há poucos atletas trans, a partir daqui não vamos ter nenhum”, lamenta. As pessoas trans acabam por, muitas vezes, praticar desporto apenas recreativamente ou ocupar outras posições no desporto profissional — “também tem o seu valor, mas eu defendo o direito a prosseguir uma carreira desportiva [profissional] enquanto atleta”.

A investigadora do CES ainda não conhecia o relatório patrocinado pelo COI, mas a descrição pareceu-lhe promissora, particularmente por avaliar a capacidade aeróbica dos atletas e não só a força das mãos ou das pernas. “Ainda há muito para fazer, muito por onde pegar — a influência da massa gorda, por exemplo”, afirmou Ana Luísa Santos.

O estudo desenvolvido na Universidade de Brighton e patrocinado pelo COI analisou esse factor e, olhando para a tabela, não restam dúvidas: as mulheres trans são as que têm maior percentagem (31,5%, com variações de 9,1%), seguidas dos homens trans (27,9%, com variações de 7,4%); com valores muito próximos, as mulheres cisgénero (26,6%, com variações de 6,0%) e, mais distantes, os homens cis (21,5%, com variações de 5,9%).

O mesmo estudo refere que “a terapia hormonal influencia a distribuição de gordura no corpo”. Miguel Vasques diz que “a relação não é propriamente linear” e “o impacto é diminuto”. Na massa muscular, o impacto da supressão hormonal não é claro, mas o

director de endocrinologia da Fundação Champalimaud diz que vários estudos mostram que, mesmo que as atletas atinjam os níveis de testosterona exigidos pelas federações, a massa muscular pode manter-se exactamente igual.

## As regras baseiam-se em "achismos"

---

Estudos anteriores colocam a hipótese de mulheres trans terem uma grande vantagem sobre mulheres cis devido a uma maior densidade óssea, mas os investigadores da Universidade de Brighton não corroboram essa tese. A densidade óssea de mulheres cis e mulheres trans é equiparável e esse factor não representa vantagem. Ainda assim, o mesmo estudo refere que, como a amostra é pequena (menos de 30 participantes em cada categoria), pode ser insuficiente para categorizar as diferenças “de forma fiável”.

Todos os participantes deste estudo eram atletas ou praticavam desporto regularmente — outro factor que Ana Lúcia Santos apontou como “raro” — e também podem advir daí as conclusões diferentes de estudos anteriores. “Os resultados mostram a complexidade da saúde óssea em populações de atletas e a necessidade de uma avaliação mais abrangente para compreender o impacto a longo prazo da terapia hormonal na densidade óssea em atletas trans”, acrescentam.

Em 2021, o COI apresentou um *framework* que tinha como objectivo ser pedra de toque para todas as federações mundiais: fala de “justiça, inclusão e não-discriminação com base na identidade de género e variações sexuais”. Mas nada do que está no documento é obrigatório e cada federação pode definir as suas próprias regras. “Eu acho que esse passo do Comité Olímpico foi bastante perigoso”, comentou Ana Lúcia Santos.

É que desde essa altura várias federações tornaram-se muito restritivas. Ignorando as recomendações desse documento, que diz que mulheres trans não devem ter de baixar níveis de testosterona para competir, a Federação Internacional de Natação (FINA), por exemplo, só permite que mulheres trans compitam se tiverem terminado a transição antes dos 12 anos e mantiverem a concentração de testosterona abaixo de 2.5nmol/L. “Isso rejeita a diversidade natural que existe nos corpos, nomeadamente no desporto”, concluiu. E mais, terminar a terapia hormonal antes dos 12 anos “é quase impossível” devido aos “contextos familiares e médicos” e até “enquadramento legal que pode proibir essas terapias”.

Depois da divulgação do documento elaborado pelo COI, um grupo de cientistas escandinavos publicou um artigo onde acusava essas linhas-guia de “não protegerem a justiça para atletas femininas”. “Não reconhecer que existe uma vantagem masculina ou discutir que é apenas uma presunção mina o propósito de categorias segregadas por sexo no desporto e esconde as diferenças competitivas que deveriam ser celebradas e premiadas dentro de cada categoria”, escrevem.

Ao longo do artigo, referem-se à eventual vantagem de mulheres trans como “vantagens masculinas”. O que propõem é que se parta sempre do princípio que mulheres trans têm vantagem sobre mulheres cis, ate prova do contrário — o oposto do princípio defendido

pelo COI. Para além disso, argumentam que a avaliação caso a caso, sugerida pelo comité, é “pouco prática” porque “implicaria que os atletas fossem testados após bloco de treino, quando estão no pico da condição física, para assegurar que não são demasiado rápidos ou fortes para as competições”. Esse método é estigmatizante e desincentiva o treino e a melhoria da performance, concluem.

Tal como a FINA, a World Athletics (WA) e a International Cycling Union (ICU) seguem critérios bastante restritivos para a integração de mulheres trans no atletismo e no ciclismo, respectivamente. No caso da canoagem o valor de concentração de testosterona tem de se manter abaixo de 5nmol/L durante o ano anterior à competição. Outras federações não têm qualquer directriz sobre o tema. O director-geral do COP, encontra uma justificação: “[A criação de regras] anda um bocadinho ao reboque de casos mediáticos”.

“Os critérios de avaliação [das federações] recorrem ao conhecimento científico da época e são baseados em achismos”, “não há grande evidência”, afirma Miguel Vasques. A testosterona por si só, não torna nada mais forte ou agressivo — não só porque “a resposta da testosterona não é linear”, mas também porque para haver resposta são necessários receptores. O director de endocrinologia da Fundação Champalimaud troca isto por miúdos: “se pusermos testosterona num vaso, o vaso não fica viril porque não há um sítio para [a testosterona] se ligar”.

## **A testosterona é um "péssimo indicador"**

---

O problema de tudo isto — os estudos, as regras, a regulação — “é que se compara sempre o homem médio e a mulher média, não têm em consideração a diversidade”, defende a investigadora do CES. Importa lembrar que estas regras não se aplicam apenas a mulheres trans, mas também a mulheres cis com hiperandrogenia. Miguel Vasques explica que esse tipo de distúrbios afectam muitas mulheres e “podem ir do mais comum síndrome do ovário poliquístico até formas mais radicais de insensibilidade completa a androgénios”.

Há algum tempo, caiu-lhe nas mãos um caso de uma mulher que tinha cancro no ovário e tinha quase o dobro do nível de testosterona típico de um homem. “Não tinha mais força por isso, de todo”, garante. E acrescenta: “este é outro motivo pelo qual a testosterona é um péssimo marcador” — este critério pode excluir mulheres cisgénero que não têm qualquer vantagem pelo simples facto de terem maiores concentrações da hormona. “Mais uma vez, mais testosterona não significa melhor performance, a não ser que exista maior densidade de receptores”.

Para além disso — motivo n.º 2 para a testosterona não ser o um “bom marcador no passaporte biológico” —, os níveis de concentração da hormona variam muito de homem para homem. Mas este critério só se aplica na regulação do desporto feminino. “Há paridade?”, pergunta-se Miguel Vasques. “À partida um homem trans terá uma estatura

menor. Isto é o que as pessoas pensam, terá uma menor densidade óssea, terá menor massa muscular, e portanto nunca será uma ameaça à competição masculina”, diz Ana Lúcia Santos, teorizando sobre a diferença de regras para homens e mulheres trans.

No final de 2022, Sebastian Coe, presidente da WA, disse à *BBC*: “Sempre acreditamos que a biologia é superior ao gênero e continuaremos a rever os nossos regulamentos de acordo com isto. Seguiremos sempre a ciência”. Mas a evidência científica não é clara e o pensamento não é unânime, por isso são incertos os passos das federações a longo prazo. Para os Jogos Olímpicos de Paris, que decorrem entre 26 de Julho e 11 de Agosto, parece que nada vai mudar: mantêm-se as regras mais restritivas de sempre para pessoas trans — só podem competir em algumas modalidades se tiverem terminado a transição antes da puberdade e têm de manter os níveis de testosterona abaixo do indicado pelas federações.